



DIREITO HOMOGÊNEO

Mercado Global, Administração
Nacional e o Processo
de Harmonização Jurídica

Área específica
Filosofia do Direito

Áreas afins
Introdução ao Estudo do Direito,
Metodologia do Direito, Direito Econômico,
Direito Comercial e Direito Administrativo

Público-alvo/consumidores
Advogados, Juizes, Membros do Ministério
Público, Advocacia Pública, Administradores
e Economistas

184 páginas
ISBN 978-85-7700-448-5
Formato: 14,5x21,5 cm

No escopo de organização econômica do mundo, a globalização conduziu a uma limitação do papel das instituições públicas com relação ao mercado, haja vista a repercussão do poder econômico do capital na tomada de decisões de política econômica interna: a estruturação mundial dos mercados somente se torna plausível por meio da institucionalização de direitos no espaço dos Estados nacionais. Desse modo, os direitos nacionais tendem a uniformizar e harmonizar a regulação dada ao capital: trata-se da homogeneização dos direitos, porquanto, tendo em vista as necessidades decorrentes de uma indefectível interdependência econômica, os Estados nacionais acabam por adotar, com mais ou menos independência e criatividade, as instituições necessárias ao desenvolvimento do capital. É isso que torna a vontade planetária homogênea, por meio da artificialidade jurídica que permite ao direito se libertar dos vínculos terrestres e tradições históricas, instituindo, por assim dizer, uma espacialidade própria do direito, a espacialidade jurídica. Deixa-se, assim, o antigo *nómos*, que vinculava o direito aos lugares, a uma histórica e específica determinação de uma comunidade, para ir-se em direção ao novo *nómos*, que, estendendo-se às dimensões planetárias da tecnoeconomia, desliga-se dos vínculos tradicionais e assume plenamente o caráter da artificialidade.

Rogério Emilio de Andrade – Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito na Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. Advogado. Foi Procurador-Geral e Chefe de Gabinete da Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Procurador-Regional da União, 2006/2007. Coordenador da Comissão de Infraestrutura do Instituto Brasileiro de Direito Comercial (IBRADEMP). Membro do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP). Visiting Scholar no Center for Iberian and Latin American Studies (CILAS) da University of California, San Diego (UCSD), no segundo semestre de 2007. Autor dos livros *O preço na ordem ético-jurídica: análise da intervenção pública na formação de preços no mercado* (Edicamp, 2003); *Regulação pública da economia no Brasil* (Coordenador. Edicamp, 2003); e *Parcerias público-privadas* (MP – Editora, 2006).

SUMÁRIO DO LIVRO:

PREFÁCIOS

Ari Marcelo Solon

Ricardo Antônio Lucas Camargo

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

HOMOGENEIZAÇÃO JURÍDICA E ECONÔMICA

- 1.1 Antigenealogia do capital
- 1.2 Iluminismo econômico
- 1.3 Iluminismo jurídico
- 1.4 *Estado Universal e Homogêneo*
- 1.5 *"Pluriversum político"*
- 1.6 Direito homogêneo

CAPÍTULO 2

TECNOECONOMIA

- 2.1 Tempo econômico
- 2.2 Reflexividade e circularidade da razão
- 2.3 Tecnoeconomia
- 2.4 Erosão do Fordismo
- 2.5 Aninhamento institucional

CAPÍTULO 3

DESAGREGAÇÃO DA PIRÂMIDE

- 3.1 "Coordenação" anárquica
- 3.2 Coordenação hierárquica
- 3.3 Coordenação heterárquica
- 3.4 *Global governance*
- 3.5 Redes de Governo e homogeneização jurídica
- 3.6 Pirâmide jurídica desagregada
- 3.7 Redes de Governo e ambivalência jurídica

CAPÍTULO 4

DIREITO NA ERA DA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

- 4.1 Neutralidade técnica
- 4.2 Tecnodireito
- 4.3 Tecnodireito e homogeneização jurídica
- 4.4 Dicotômica polaridade entre ética e economia

CAPÍTULO 5

SOBERANIA SEM AURA

- 5.1 Do reverenciamento ao questionamento
- 5.2 Ainda há espaço para o político?
- 5.3 Soberania e direito homogêneo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS